

ATA NÚMERO SETE

Procedimento concursal comum para recrutar dois técnicos superiores / especialistas, na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto para exercício de funções na estrutura de missão denominada Estrutura de Gestão e Acompanhamento dos Projetos de Aeroportos (EGAPA), do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.

Em 29 de dezembro de 2025, via teams, reuniu o júri do presente procedimento concursal comum aberto para recrutar dois (2) técnicos superiores na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto para exercício de funções na equipa da Estrutura de Gestão e Acompanhamento dos Projetos de Aeroportos (EGAPA), na sequência da Deliberação do Conselho Diretivo IMT-CD/2025/1079, de 31 de julho de 2025. A legislação aplicável ao procedimento concursal é, designadamente, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), a Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-D/2025, de 17 de janeiro, na sua redação atual.

A reunião decorreu com a presença dos seguintes elementos do júri:

Presidente – Eugénio de Campos Ferreira Fernandes, Coordenador-geral da Estrutura de Missão denominada Estrutura de Gestão e Acompanhamento dos Projetos de Aeroportos (EGAPA);

Vogal – Cátia Cristina Da Costa Cardoso, Chefe do Departamento de Recursos Humanos, da Direção de Serviços de Administração de Recursos;

Vogal Suplente – Sofia Gonçalves Henriques Fernandes, Chefe do Gabinete Jurídico e de Contencioso.

Com a seguinte ordem de trabalhos:

- Proceder à cessação do procedimento concursal.
1. No que respeita ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, o Júri verificou que, a única candidata admitida e aprovada ao procedimento concursal, apresentou desistência, argumentando que surgiu uma oportunidade profissional que se enquadra melhor no seu percurso neste momento.

ATA NÚMERO SETE

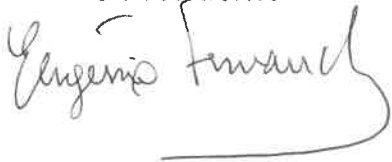
O Júri deliberou, a cessação do procedimento por inexistência de candidatos admitidos e aprovados, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 27.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

Por último, o Júri deliberou afixar a presente ata, em local visível e público das instalações do IMT, I.P. e disponibilizada no seu sítio da internet em www.imt-ip.pt.

Todas as deliberações do Júri na presente reunião foram tomadas por unanimidade dos elementos presentes.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e considerada conforme, vai ser assinada pelos membros do Júri presentes.

O Presidente



A Vogal



A Vogal

